doi.org/10.51891/rease.v12i10.31504

CONTRIBUIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ECONOMIA DA COMUNIDADE DA FUNDA, LUANDA UMA ANÁLISE EMPÍRICA E JURÍDICO - INSTITUCIONAL

CONTRIBUCIÓN DE LA AGRICULTURA FAMILIAR A LA ECONOMÍA DE LA COMUNIDAD DE FUNDA, LUANDA: UN ANÁLISIS EMPÍRICO Y JURÍDICO-INSTITUCIONAL

CONTRIBUTION OF FAMILY FARMING TO THE ECONOMY OF THE FUNDA COMMUNITY, LUANDA: AN EMPIRICAL AND LEGAL-INSTITUTIONAL ANALYSIS

Rodrigo Domingos Aguiar Rosa[1]

RESUMO: A agricultura familiar constitui uma atividade económica, social e alimentar relevante na comunidade da Funda, em Luanda, mas o seu potencial é condicionado por limitações de financiamento, assistência técnica, organização produtiva, infraestrutura e comercialização. Este artigo analisa a contribuição da agricultura familiar para a economia local, articulando evidências empíricas da investigação de doutoramento do autor com uma perspetiva jurídico-institucional. O estudo adotou uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, com apoio de estatística descritiva. Foram considerados 250 participantes, dos quais 150 agricultores familiares e 100 vendedores de mercados, mediante questionários, entrevistas semiestruturadas, observação direta e análise documental. Os resultados mostram que 54% dos agricultores desenvolvem a atividade em terrenos individuais, 35% em terrenos comunitários e 11% em regime individual/comunitário. No acesso a materiais de trabalho, 42% recorrem a cooperativas, 38% a organizações não governamentais, 15% ao mercado informal e 5% a outras fontes. As cooperativas são consideradas importantes por 64% dos agricultores e constituem a principal fonte indicada para financiamento, com 63%. O mercado informal é o principal canal de escoamento, utilizado por 61% dos agricultores, enquanto 16% recorrem ao mercado formal. As práticas produtivas mostram predominância de regadio, registado na tabela original como 58% (87), e de preparação manual do solo, com 45% (68). Conclui-se que a agricultura familiar participa efetivamente da economia local por meio da produção, autoconsumo, comercialização e organização cooperativa. O fortalecimento das cooperativas, do crédito, da assistência técnica, da infraestrutura e da agregação de valor pode ampliar essa contribuição.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Funda. Economia local. Cooperativismo. Direito Agrário.

[1]Doutorando em Direito Económico e Empresarial, na especialidade em Direito Económico. UniversidadeInternacional Iberoamericana UNINI – México.

RESUMEN: La agricultura familiar constituye una actividad económica, social y alimentaria relevante en la comunidad de Funda, Luanda, pero su potencial está condicionado por limitaciones de financiación, asistencia técnica, organización productiva, infraestructura y comercialización. Este artículo analiza la contribución de la agricultura familiar a la economía local, articulando evidencias empíricas de la investigación doctoral del autor con una perspectiva jurídico-institucional. El estudio adoptó un enfoque cualitativo, de carácter exploratorio y descriptivo, con apoyo de estadística descriptiva. Se consideraron 250 participantes, de los cuales 150 eran agricultores familiares y 100 vendedores de mercados, mediante cuestionarios, entrevistas semiestructuradas, observación directa y análisis documental. Los resultados muestran que el 54% de los agricultores desarrolla la actividad en terrenos individuales, el 35% en terrenos comunitarios y el 11% en régimen individual/comunitario. Para adquirir materiales de trabajo, el 42% recurre a cooperativas, el 38% a organizaciones no gubernamentales, el 15% al mercado informal y el 5% a otras fuentes. Las cooperativas son consideradas importantes por el 64% de los agricultores y constituyen la principal fuente indicada para la financiación, con el 63%. El mercado informal es el principal canal de comercialización, utilizado por el 61% de los agricultores, mientras que el 16% utiliza el mercado formal. Se concluye que la agricultura familiar participa efectivamente en la economía local mediante la producción, el autoconsumo, la comercialización y la organización cooperativa. El fortalecimiento de las cooperativas, del crédito, de la asistencia técnica, de la infraestructura y de la agregación de valor puede ampliar esta contribución.

Palabras clave: Agricultura familiar. Funda. Economía local. Cooperativismo. Derecho Agrario.

ABSTRACT: Family farming is an important economic, social and food-related activity in the Funda community, Luanda, but its potential is constrained by limitations in finance, technical assistance, productive organization, infrastructure and marketing. This article analyzes the contribution of family farming to the local economy by combining empirical evidence from the author's doctoral research with a legal-institutional perspective. The study adopted a qualitative, exploratory and descriptive approach supported by descriptive statistics. It considered 250 participants, including 150 family farmers and 100 market vendors, using questionnaires, semi-structured interviews, direct observation and documentary analysis. The results show that 54% of farmers operate on individual land, 35% on community land and 11% under individual/community arrangements. For working materials, 42% rely on cooperatives, 38% on non-governmental organizations, 15% on informal markets and 5% on other sources. Cooperatives are considered important by 64% of farmers and are the main reported source of financing, at 63%. Informal markets are the main marketing channel, used by 61% of farmers, while 16% use formal markets. The study concludes that family farming effectively participates in the local economy through production, household consumption, marketing and cooperative organization. Strengthening cooperatives, credit, technical assistance, infrastructure and value addition can increase this contribution.

Keywords: Family farming. Funda. Local economy. Cooperatives. Agrarian Law.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar desempenha uma função económica que ultrapassa a produção destinada ao autoconsumo, contribuindo para a segurança alimentar e para o desenvolvimento rural (International Fund for Agricultural Development [IFAD], 2013; International Food Policy Research Institute [IFPRI], 2020). Em comunidades periurbanas, a atividade agrícola pode articular produção alimentar, geração de rendimento, emprego, circulação de bens, relações de troca e organização comunitária. Na Funda, município de Cacuaco, Luanda, esta dimensão é particularmente relevante porque a atividade agrícola se desenvolve num território próximo de um grande mercado urbano e simultaneamente sujeito a transformações territoriais e pressões sobre os recursos produtivos.

A investigação de origem parte do problema de compreender os principais desafios e oportunidades da agricultura familiar na sua contribuição para a economia da comunidade da Funda. O estudo identifica limitações associadas ao acesso a insumos de qualidade, financiamento, assistência técnica, infraestrutura de escoamento e pressão sobre as terras agrícolas, mas também reconhece oportunidades relacionadas com a procura de produtos frescos nos mercados urbanos, organização em associações e cooperativas e políticas públicas de apoio ao setor.

O objetivo geral consiste em analisar, com base no Direito Agrário e na legislação sobre agricultura familiar, o sistema de contribuições para o desenvolvimento económico das cooperativas e das famílias da comunidade da Funda. Os objetivos específicos procuram fundamentar teoricamente o Direito Agrário aplicado ao desenvolvimento da agricultura familiar, diagnosticar medidas jurídicas e institucionais e sugerir estratégias de capacitação, materiais de cultivo, monitorização fitossanitária e apoio financeiro.

A pergunta central da investigação é: quais são os principais desafios e oportunidades da agricultura familiar na contribuição para a economia da comunidade da Funda, Luanda? A resposta exige articular a dimensão produtiva com a comercialização, o financiamento, o cooperativismo e o quadro jurídico-institucional.

A relevância do estudo reside, primeiro, na produção de evidência contextualizada sobre agricultura familiar em uma comunidade periurbana de Angola; segundo, na articulação entre economia local e Direito Agrário; e, terceiro, na identificação de mecanismos institucionais que podem favorecer a continuidade e a sustentabilidade económica das famílias agricultoras. A

investigação procura compreender o direito não apenas como conjunto de normas, mas também como componente das condições concretas em que os agricultores organizam a sua atividade.

A agricultura familiar na Funda deve, portanto, ser analisada como parte de um sistema económico local. O agricultor adquire sementes e materiais, produz, armazena, vende ou consome os produtos e interage com cooperativas, organizações não governamentais, vendedores e consumidores. Cada uma dessas relações representa uma dimensão da contribuição económica da atividade. Ao mesmo tempo, as limitações de crédito, infraestrutura e assistência técnica podem reduzir o valor económico gerado ou impedir que uma parte maior desse valor permaneça com os produtores.

Este artigo apresenta uma síntese dos resultados da investigação de doutoramento, reorganizada segundo a estrutura editorial da MLS. O manuscrito não pretende substituir a tese nem apresentar resultados novos. A sua finalidade é condensar os principais achados empíricos, discutir o seu significado económico e jurídico-institucional e apresentar implicações para políticas públicas e investigação futura.

Comercialização e economia local

O mercado informal constitui o principal canal de escoamento: 91 agricultores (61%) utilizam esse circuito, 24 (16%) o mercado formal, 17 (12%) creches, 11 (7%) hospitais, 5 (3%) escolas e 2 (1%) outros canais. A distribuição fecha em 150 e 100%, respetivamente.

A predominância do mercado informal não significa ausência de integração económica. Pelo contrário, indica a existência de relações regulares entre produtores, vendedores e consumidores. A tese identifica também vendedores como unidade de estudo e procura compreender a relação entre produção e comercialização. Essa ligação é importante porque parte do valor económico da agricultura familiar é realizado fora da propriedade, através da venda dos produtos.

A predominância de circuitos informais pode, contudo, limitar a previsibilidade de preços, o acesso a contratos, a capacidade de negociação e a integração em cadeias de valor organizadas. A resposta não deve ser a eliminação imediata do mercado informal, mas a diversificação dos canais, permitindo que os agricultores mantenham o acesso ao consumidor e, simultaneamente, alcancem mercados institucionais e formais quando as condições forem favoráveis.

No consumo, a tese regista 59% de respostas associadas à finalidade alimentar, 38% à medicinal, 2% à ração animal e 1% a outras finalidades. O modo de consumo é predominantemente cozido, com 53%, seguido de seco, com 36%, cru, com 7%, processado, com 3%, e outros, com 1%.

Armazenamento e variedades agrícolas

O armazenamento das sementes é realizado principalmente em frascos, utilizados por 89 agricultores (59%), seguido de latas, com 52 (35%), celeiros, com 7 (5%), e outras formas, com 2 (1%). Quanto às variedades, 65 agricultores (44%) indicaram variedades locais, 47 (31%) melhoradas e 38 (25%) exóticas.

Os resultados evidenciam a presença de práticas locais de conservação de sementes e diversidade de variedades. A interpretação científica deve, contudo, permanecer próxima dos dados: a pesquisa identifica a existência e o uso das categorias de variedades, mas não permite, por si só, estabelecer experimentalmente que uma categoria seja superior a outra em resistência, produtividade ou valor nutricional.

Implicações para políticas públicas e Direito Agrário

A primeira prioridade é o fortalecimento das cooperativas. A intervenção deve ultrapassar a criação formal de organizações e incluir capacitação em governança, contabilidade, gestão financeira, negociação, compras coletivas e comercialização. A relevância atribuída às cooperativas pelos agricultores justifica tratá-las como infraestrutura institucional da economia agrícola local.

A segunda prioridade é ampliar o acesso a crédito adequado aos ciclos produtivos familiares, considerando a relevância do financiamento para o desenvolvimento do setor agrícola em Angola (João & Castro, 2023). Os dados mostram que 63% dos agricultores indicam cooperativas como fonte de financiamento, mas a investigação também regista insuficiências. Instrumentos de crédito devem considerar sazonalidade, risco climático, capacidade de pagamento e necessidade de investimento em irrigação, sementes, armazenamento e transporte.

A terceira prioridade é a assistência técnica, incluindo capacitação e apoio à melhoria das práticas produtivas (International Fund for Agricultural Development [IFAD], 2016). Capacitação em técnicas de cultivo, irrigação, conservação do solo, controlo fitossanitário e

armazenamento pode melhorar a utilização dos recursos existentes. A extensão rural deve ser contínua e adaptada às condições da comunidade, combinando conhecimento técnico com práticas locais.

A quarta prioridade é infraestrutura, incluindo transporte, armazenamento e conservação pós-colheita, dimensões relevantes para o desenvolvimento dos sistemas agroalimentares (International Fund for Agricultural Development [IFAD], 2022; International Food Policy Research Institute [IFPRI], 2022). Estradas de acesso, transporte, armazenamento e conservação pós-colheita são componentes económicos, não apenas obras públicas. Quando a logística é deficiente, aumentam os custos e as perdas, reduzindo o rendimento efetivo do produtor.

A quinta prioridade é a diversificação de mercados. A predominância do mercado informal deve ser reconhecida como realidade económica existente. Ao mesmo tempo, cooperativas e instituições públicas podem criar pontes para feiras organizadas, escolas, hospitais, creches, empresas e outros compradores institucionais, permitindo contratos e canais mais previsíveis.

A sexta prioridade é a agregação de valor. Processamento, embalagem, conservação e transformação podem aumentar o valor económico dos produtos. Essa estratégia deve ser acompanhada por formação empresarial, padrões sanitários e estudos de mercado.

No plano jurídico, a prioridade é aproximar a proteção formal dos agricultores das condições efetivas de exercício da atividade. Isso implica difusão das normas, educação jurídica, mecanismos acessíveis de organização cooperativa, segurança no uso da terra e articulação entre órgãos públicos, cooperativas e comunidades.

Limitações

O estudo é territorialmente delimitado à comunidade da Funda e não pretende representar estatisticamente toda a agricultura familiar de Luanda ou de Angola. A amostra inclui 250 participantes, mas diferentes variáveis utilizam bases de resposta distintas. O artigo identifica explicitamente os casos em que o denominador precisa de confirmação.

A principal limitação de consistência encontra-se na variável tipo de agricultura. A fonte apresenta 86 agricultores (54%) para agricultura familiar, 53 (35%) para comercial e 11 (7%) para outros tipos. As frequências somam 150, mas as percentagens não correspondem matematicamente às frequências e somam 106%. Como não existe, no material consultado, uma

base primária que permita determinar se o erro está na frequência ou na percentagem, o artigo não altera arbitrariamente o resultado. A questão deve ser conferida antes da submissão.

Também existem discrepâncias entre algumas frequências e percentagens em variáveis de cultivo. No caso de tipo de cultivo, a tabela apresenta 43 casos como 22%, embora 43/150 corresponda a aproximadamente 29%. Por esse motivo, esta variável é apresentada qualitativamente e não é utilizada para produzir conclusões percentuais centrais.

Outra limitação é que a investigação utiliza dados autorrelatados e estatística descritiva. Não foram realizados testes inferenciais ou modelos econométricos que permitam estimar efeitos causais. As relações apresentadas neste artigo devem ser interpretadas como padrões descritivos e interpretações contextualizadas.

Finalmente, as condições de campo e as limitações logísticas descritas na investigação podem ter afetado a recolha. Esses fatores reforçam a necessidade de estudos futuros com amostras ampliadas, acompanhamento longitudinal e indicadores económicos objetivos.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa que é, tanto aplicada quanto exploratória e descritiva, sob o paradigma interpretativo-construtivista. O objetivo geral consiste em analisar, com base no Direito Agrário e na legislação sobre agricultura familiar, o sistema de contribuições para o desenvolvimento económico das cooperativas e das famílias da comunidade da Funda.

A seleção dos participantes foi orientada pela relevância para o fenómeno estudado. Os agricultores foram selecionados por estarem diretamente envolvidos na atividade agrícola familiar, enquanto os vendedores considerados exerciam atividade nos mercados há mais de cinco anos. A tese descreve ainda entrevistas semiestruturadas, observação direta e análise documental como técnicas complementares.

Do ponto de vista ético, a investigação prevê consentimento livre e esclarecido, anonimato e confidencialidade das informações. A postura metodológica também considera o contexto sociocultural da comunidade e procura evitar instrumentalização dos participantes.

Para esta versão de artigo, foram aplicados critérios de consistência aritmética apenas quando a correção era inequívoca a partir das frequências e da própria tabela. Quando a tese apresenta uma discrepância que não pode ser resolvida sem acesso à base de dados primária, o artigo não inventa nem substitui o valor: mantém a frequência e, quando necessário, descreve a

percentagem de acordo com a tabela original, sinalizando a necessidade de conferência. Esta regra é particularmente importante para a variável tipo de agricultura e para algumas variáveis cuja base de resposta deve ser confirmada.

Cooperativas, materiais e financiamento

As cooperativas assumem papel relevante na organização económica. Para aquisição de material de trabalho, 63 agricultores (42%) recorrem a cooperativas, 57 (38%) a organizações não governamentais, 22 (15%) ao mercado informal e 8 (5%) a outras fontes. A soma das frequências e percentagens é consistente com uma base de 150 agricultores.

A importância da cooperativa é reconhecida por 96 agricultores (64%), enquanto 54 (36%) responderam negativamente. Para financiamento, 95 agricultores (63%) indicaram cooperativas agrícolas, 42 (28%) organizações não governamentais e 13 (9%) outras fontes. Estes resultados sugerem que as cooperativas funcionam como mecanismos de intermediação económica e de acesso a recursos, embora a tese também assinale limitações na suficiência dos créditos.

A aquisição de sementes apresenta uma questão metodológica que precisa ser explicitada. A tabela original regista 91 respostas para cooperativas (36%), 75 para mercado informal (30%), 61 para ONGs (25%) e 23 para propriedades agrícolas (9%), somando 250 respostas. Como a narrativa associa a variável aos 150 agricultores, o denominador exato deve ser confirmado no banco de dados antes da submissão. Para não alterar o resultado científico, esta variável não é utilizada como estimativa de uma amostra de 150 na discussão quantitativa.

A mesma cautela é necessária para algumas variáveis relativas a consumo. A tabela apresenta fontes de consumo com 148 respostas alimentares (59%), 94 medicinais (38%), 6 para ração animal (2%) e 2 outras (1%), totalizando 250. Assim, o artigo trata essas frequências como respostas do conjunto de 250 participantes, sem atribuí-las indevidamente apenas aos agricultores.

Indicador	Categoria	N	%
Material de trabalho	Cooperativas	63	42
Material de trabalho	ONGs	57	38
Material de trabalho	Mercado informal	22	15
Material de trabalho	Outros	8	5
Importância da cooperativa	Sim	96	64
Importância da cooperativa	Não	54	36
Financiamento	Cooperativas	95	63

Financiamento	ONGs	42	28
Financiamento	Outros	13	9
Escoamento	Mercado formal	24	16
Escoamento	Mercado informal	91	61
Escoamento	Hospitais	11	7
Escoamento	Creche	17	12
Escoamento	Escolas	5	3
Escoamento	Outros	2	1

Tabela 3. Cooperativas, financiamento e canais de escoamento entre os 150 agricultores. Fonte: elaboração própria a partir dos dados da investigação.

RESULTADOS

Caracterização dos participantes

A amostra total analisada inclui 250 participantes. A distribuição por sexo apresenta 135 mulheres (54%) e 115 homens (46%), totalizando 100%. Na distribuição etária, 34 participantes (14%) têm entre 15 e 20 anos, 59 (24%) entre 21 e 30, 76 (30%) entre 31 e 40, 43 (17%) entre 41 e 50, 22 (9%) entre 51 e 60 e 16 (6%) mais de 61 anos.

Entre os 150 agricultores, 45 (30%) são locais, 77 (51%) são provenientes de outras províncias de Angola e 28 (19%) são agricultores estrangeiros. Quanto à propriedade, 81 agricultores (54%) trabalham em terrenos individuais, 53 (35%) em terrenos comunitários e 16 (11%) em regime individual/comunitário.

Indicador	N	%
Sexo feminino	135	54
Sexo masculino	115	46
Idade 15–20	34	14
Idade 21–30	59	24
Idade 31–40	76	30
Idade 41–50	43	17
Idade 51–60	22	9
Mais de 61	16	6

Tabela 1. Caracterização sociodemográfica dos 250 participantes. Fonte: elaboração própria a partir dos dados da investigação.

PRÁTICAS DE CULTIVO

Na variável práticas de cultivo, a tabela original apresenta 45 agricultores (30%) em sequeiro, 87 (58%) em regadio e 18 (12%) em outras práticas. O texto narrativo da tese contém uma inversão entre frequência e percentagem, ao escrever "87% (58)"; para esta versão final foi corrigida a apresentação para 58% (87), porque é a combinação que coincide com a tabela e com a relação matemática entre frequência e total de 150.

A recolha dos produtos é realizada durante todo o ano para 83 agricultores (56%), na época seca para 44 (29%) e na época chuvosa para 23 (15%). Quanto ao local de crescimento, 73 agricultores (49%) indicaram toda a região, 66 (44%) áreas húmidas e 11 (7%) zona restrita. Os solos são predominantemente argilosos: 77 agricultores (51%) indicaram esta classe, seguidos de solos arenosos (33; 22%), pedregosos (25; 17%) e outros (15; 10%).

Quanto à parte cultivada, as maiores frequências são folhas, com 41 agricultores (27%), sementes, com 35 (23%), raízes, com 24 (16%), tubérculos, com 22 (15%) e rizomas, com 9 (6%). A distribuição evidencia diversidade de produtos e partes utilizadas, embora a classificação original de algumas categorias exija cautela interpretativa.

A preparação do solo é manual para 68 agricultores (45%), realizada com charrua/puxador para 48 (32%) e por outras técnicas para 34 (23%). Na irrigação, 66 (44%) utilizam sulco, 37 (25%) aspersão, 28 (19%) gotejamento e 19 (12%) outras técnicas.

Dimensão	Categoria	N	%
Prática	Sequeiro	45	30
Prática	Regadio	87	58
Prática	Outros	18	12
Solo	Argiloso	77	51
Solo	Arenoso	33	22
Solo	Pedregoso	25	17
Solo	Outros	15	10
Preparação do solo	Manual	68	45
Preparação do solo	Charrua/Puxador	48	32
Preparação do solo	Outros	34	23
Irrigação	Sulco	66	44
Irrigação	Aspersão	37	25
Irrigação	Gotejamento	28	19
Irrigação	Outros	19	12

Tabela 2. Principais práticas produtivas dos 150 agricultores. Fonte: elaboração própria a partir da tabela original da investigação.

DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Os resultados permitem interpretar a agricultura familiar da Funda como componente efetivo da economia local. A atividade combina produção para consumo, comercialização, utilização de insumos, procura de financiamento e organização coletiva. A existência de mercado informal como principal canal de escoamento confirma que os agricultores participam de circuitos de troca e não permanecem isolados da economia monetária.

O primeiro eixo de discussão é a relação entre produção familiar e segurança alimentar. A predominância de finalidades alimentares entre as respostas de consumo reforça a importância da produção local para a reprodução das famílias e para o abastecimento. Em contexto periurbano, a proximidade entre produção e consumo pode reduzir distâncias de comercialização e favorecer a disponibilidade de produtos frescos. Contudo, o estudo não mede diretamente calorias, rendimento nutricional ou preços ao consumidor; por isso, a contribuição para segurança alimentar deve ser entendida como inferência contextual, não como efeito causal quantificado.

O segundo eixo é o papel das cooperativas. O facto de 64% dos agricultores reconhecerem a sua importância e de 63% indicarem cooperativas como fonte de financiamento mostra que a organização coletiva ocupa uma posição central. As cooperativas podem reduzir custos de aquisição de insumos, melhorar a capacidade de negociação e facilitar o acesso a recursos. Entretanto, a existência de financiamento cooperativo não significa que o problema de financiamento esteja resolvido. A própria investigação reconhece insuficiências nos créditos e limitações de capacidade económica.

O terceiro eixo é a comercialização. A predominância do mercado informal pode ser compreendida simultaneamente como mecanismo de inclusão económica e como sinal de fragilidade institucional. Ele permite que a produção chegue rapidamente ao consumidor, mas pode oferecer menos previsibilidade, menor capacidade de agregação de valor e menor acesso a instrumentos financeiros e contratuais. A estratégia mais adequada parece ser a diversificação de mercados, e não uma oposição simples entre formal e informal.

O quarto eixo diz respeito às técnicas produtivas. O regadio representa 58% segundo a tabela, enquanto 45% utilizam preparação manual do solo. A combinação mostra uma agricultura que utiliza recursos técnicos diferenciados e conhecimentos locais. A presença de irrigação é particularmente relevante para a continuidade da produção, mas o artigo não dispõe

de dados de produtividade por hectare que permitam avaliar o impacto económico de cada técnica.

O quinto eixo é o armazenamento de sementes. A utilização de frascos por 59% dos agricultores e a presença de variedades locais indicam práticas de conservação que podem contribuir para a continuidade produtiva. No entanto, a relação entre conservação tradicional e desempenho agronómico exige estudos específicos. O artigo evita, portanto, transformar uma perceção dos agricultores numa conclusão experimental.

Do ponto de vista jurídico-institucional, os resultados sugerem que o Direito Agrário deve ser analisado em conexão com a capacidade real de implementação das políticas. A existência de normas sobre terra, cooperativas e organização económica é relevante, mas a sua efetividade depende de instituições capazes de assegurar acesso, informação, crédito, assistência e proteção dos produtores. A tese utiliza o método jurídico-sociológico precisamente para aproximar norma e realidade social.

A Lei de Terras de Angola e a Lei das Cooperativas de Angola constituem referências normativas do estudo. Neste artigo, elas são utilizadas para contextualizar a necessidade de segurança jurídica e organização coletiva, não para realizar uma análise exaustiva da legislação. Uma avaliação jurídica completa exigiria exame sistemático dos diplomas, regulamentação complementar e jurisprudência, o que ultrapassa o objetivo deste manuscrito.

A dimensão territorial é igualmente importante. A Funda encontra-se numa área periurbana em que a agricultura convive com transformações urbanas. A continuidade da atividade depende, por isso, não apenas da vontade dos agricultores, mas também da disponibilidade de terra, acesso, água, infraestrutura e compatibilidade com o ordenamento territorial. A proteção das áreas produtivas e a melhoria das condições de acesso podem aumentar a capacidade económica da agricultura familiar.

A evidência sobre género também merece atenção. As mulheres representam 54% dos participantes. Embora o desenho não permita medir diferenças de rendimento ou produtividade por sexo, a participação feminina indica que políticas de crédito, capacitação e organização cooperativa devem considerar as pessoas que efetivamente integram o sistema produtivo e comercial.

A baixa expressão do processamento — 3% das respostas sobre modo de consumo — sugere espaço para agregação de valor. Pequenas unidades de transformação, conservação, embalagem e processamento poderiam, em princípio, aumentar a vida útil dos produtos e

ampliar o valor capturado localmente. Contudo, essa recomendação deve ser acompanhada por estudos de viabilidade económica, disponibilidade energética, requisitos sanitários, mercado e capacidade de gestão.

Os resultados também mostram que a agricultura familiar não deve ser enquadrada exclusivamente como problema social. Ela constitui um ativo económico local. O desafio de política pública consiste em transformar uma atividade já existente em um sistema produtivo mais resiliente, com maior capacidade de financiamento, organização, agregação de valor e acesso a mercados.

Em síntese, os dados sustentam quatro mecanismos de contribuição económica: produção e autoconsumo; comercialização e abastecimento; circulação de rendimento e emprego; e organização coletiva. Esses mecanismos estão interligados e são condicionados por fatores jurídico-institucionais, financeiros, técnicos e territoriais.

A agricultura familiar contribui efetivamente para a economia da comunidade da Funda. A investigação mostra uma atividade que combina produção para consumo, comercialização, utilização de insumos, financiamento e organização cooperativa. A participação de 150 agricultores e 100 vendedores permite compreender a existência de relações económicas entre produção e mercados.

A principal evidência é que a agricultura familiar não funciona apenas como mecanismo de subsistência. O mercado informal é utilizado por 61% dos agricultores como canal de escoamento, enquanto as cooperativas desempenham funções importantes na aquisição de materiais e financiamento. Esses resultados mostram integração da produção familiar na economia local, embora em condições ainda marcadas por informalidade e limitações estruturais.

As cooperativas constituem o principal eixo institucional identificado pela investigação. O reconhecimento da sua importância por 64% dos agricultores e a indicação de cooperativas como fonte de financiamento por 63% sustentam a necessidade de políticas de fortalecimento organizacional. Contudo, o crédito insuficiente demonstra que as cooperativas precisam de apoio institucional, financeiro e técnico para ampliar a sua capacidade.

Os resultados também apontam para a importância de assistência técnica, irrigação, conservação de sementes, melhoria da infraestrutura e diversificação de mercados. Essas medidas podem aumentar a capacidade produtiva e económica da agricultura familiar, desde que sejam adaptadas às condições concretas da comunidade.

Do ponto de vista do Direito Agrário, a contribuição principal do estudo está em demonstrar que a efetividade das normas depende de condições materiais e institucionais. Segurança jurídica, cooperativismo, crédito, capacitação, assistência e infraestrutura devem ser tratados de forma integrada. A legislação pode criar direitos e instrumentos, mas a transformação económica exige capacidade de implementação.

Em resposta aos objetivos da investigação, conclui-se que o Direito Agrário fornece um enquadramento relevante para a organização e proteção da atividade; os resultados empíricos permitem identificar medidas e limitações concretas; e as estratégias propostas — fortalecimento cooperativo, crédito, assistência técnica, logística e agregação de valor — oferecem caminhos coerentes com os problemas identificados.

Futuras pesquisas devem verificar a base de dados original, ampliar a amostra, acompanhar rendimentos e produtividade ao longo do tempo e comparar a Funda com outras comunidades periurbanas. A incorporação de indicadores de custos, preços, rendimento por área e perdas pós-colheita permitiria aprofundar a medição da contribuição económica da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INSTITUTO Nacional de Estatística. (2024). Resultados preliminares do Censo Geral da População e Habitação 2024. INE.

INSTITUTO Nacional de Estatística. (2025). Boletim de indicadores da produção agro-pecuária e florestal: 1.º semestre de 2025. INE.

INTERNATIONAL Fund for Agricultural Development. (2013). Smallholders, food security and the environment. IFAD.

INTERNATIONAL Fund for Agricultural Development. (2016). Inclusive business models in agriculture. IFAD.

INTERNATIONAL Fund for Agricultural Development. (2016). Rural development report 2016: Fostering inclusive rural transformation. IFAD.

INTERNATIONAL Fund for Agricultural Development. (2022). IFAD annual report 2022. IFAD.

INTERNATIONAL Fund for Agricultural Development. (2022). Rural development report 2021/2022: Transforming food systems for rural prosperity. IFAD. https://www.ifad.org/en/web/knowledge/publication/asset/42633984

INTERNATIONAL Fund for Agricultural Development. (2024). Angola: Smallholder resilience enhancement programme (SREP)—Supervision report (January 2024). IFAD.

INTERNATIONAL Food Policy Research Institute. (2020). 2020 global food policy report: Building inclusive food systems. IFPRI. https://doi.org/10.2499/9780896293670

INTERNATIONAL Food Policy Research Institute. (2022). 2022 global food policy report: Climate change and food systems. IFPRI.

INTERNATIONAL Food Policy Research Institute. (2025). 2025 global food policy report: Lessons and priorities for a changing world. IFPRI. https://www.ifpri.org/global-food-policy-report/

INTERNATIONAL Renewable Energy Agency. (2022). Renewable energy for agrifood systems: Towards the Sustainable Development Goals. IRENA.

INTERGOVERNMENTAL Panel on Climate Change. (2019). Climate change and land: An IPCC special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems. IPCC.

JOÃO, M. A. C., & Castro, A. M. (2023). The impact of agricultural credit on the growth of the agricultural sector in Angola. Sustainability, 15(20), 14704. https://doi.org/10.3390/su152014704

JÚNIOR, A. M. (2018). Agricultura familiar e desenvolvimento rural em Angola: Desafios e oportunidades. Universidade Agostinho Neto.

LEI N.º 9/04, de 9 de novembro. (2004). Lei de Terras de Angola. Diário da República de Angola.

LEI N.º 23/15, de 31 de agosto. (2015). Lei das Cooperativas de Angola. Diário da República de Angola.

LÓPEZ Pérez, M. I., & García Lobo, L. N. (2022). El papel de las redes de cooperación en la gestión del conocimiento para el desarrollo territorial rural en Latinoamérica. Revista Agroalimentaria, 28(54), 17–34.

FIGUEIRA, B. (2018, 15 de março). *UNACA defende reestruturação do crédito agrícola de campanha*. O País.